Crimes de corrupção podem ser denunciados via Disque Denúncia 181, que completa 12 anos

Neste período, 217 mil pessoas foram presas ou apreendidas e 41 toneladas de drogas, além de 23 mil armas de fogo, retiradas de circulação. Já a partir de hoje, a central se transforma em mais uma frente de combate à corrupção 12 de Novembro de 2019 , 13:13
Atualizado em 12 de Novembro de 2019 , 14:01

O Governo de Minas Gerais dá nesta terça-feira (12/11) mais um importante passo para combater a corrupção no Estado. Ao completar 12 anos de funcionamento, o 181 Disque Denúncia – também conhecido por DDU – passa a receber denúncias anônimas relativas aos crimes contra a Administração Pública e a Lei das Licitações, e se torna mais um equipamento do Estado que busca auxiliar na coibição da corrupção e da lavagem de dinheiro. O serviço de denúncias, que ultrapassa a marca de uma década de atuação com crescente participação popular, é coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) em parceria com a Polícia Militar, Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar.

Além do início das denúncias de corrupção ao 181, que já podem ser feitas imediatamente pelo cidadão, de forma sigilosa e anônima, o Governo Romeu Zema criou, neste ano, a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção e o 162 Anticorrupção da Ouvidoria-Geral, visando fortalecer o trabalho das instituições frente a este crime no Estado.



Muitos são os números que demonstram a expressividade do 181 e a importância da participação do cidadão mineiro na construção de uma sociedade menos violenta. O Disque Denúncia aproxima a sociedade das forças de segurança e possibilita ao cidadão contribuir com informações importantes para desvendar crimes e contribuir com a redução da criminalidade no Estado. Em setembro de 2019, mês do último balanço, o serviço recebeu 6.720 denúncias, uma média de 271 por dia. De janeiro a setembro deste ano a marca de chamadas ultrapassa as 336 mil e o número de denúncias geradas chegou a 55.471. As ligações são gratuitas e podem ser feitas de qualquer um dos 853 municípios

mineiros.

Em 12 anos de história, o DDU recebeu 8,6 milhões de chamadas. Destas, 889 mil se transformaram em denúncias que foram apuradas pelas forças policiais, com retorno do seu desdobramento ao denunciante. Além disso, as ligações possibilitaram a retirada de circulação de mais de 23 mil armas de fogo e mais de 41 toneladas de drogas, como maconha, cocaína e crack. As informações repassadas à central também ajudaram em mais de 217 mil prisões e apreensões de pessoas e cerca de 21 mil veículos. Além disso, o acumulado de 2008 a setembro de 2019 aponta a apreensão de mais de R$30 milhões em espécie, oriundos do tráfico de drogas e dos jogos de azar.

Para o subsecretário de Inteligência e Atuação Integrada da Sejusp, General Nilton Moreno, os números do balanço de 12 anos do Disque Denúncia 181 são robustos e a crescente participação dos municípios, principalmente no interior do Estado, configuram a importância deste serviço no âmbito regional. “Juntos, agregando esforços, conseguimos trabalhar para que tenhamos cada vez mais uma sociedade que zele pelos princípios da ética e do combate à corrupção. Os números que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública contabiliza mostram queda nos índices de criminalidade violenta no Estado graças à atuação integrada e à participação do povo mineiro”.

Ranking

O tráfico de drogas lidera o ranking da maior natureza criminal denunciada pela população. De 2008 até setembro deste ano, esta tipificação criminal representou 61,24% das denúncias. Foram 533.259 chamadas telefônicas transformadas em denúncias ao longo destes 12 anos com informações sobre o tráfico de drogas. A média é de mais de 3 mil chamadas por mês somente sobre o tema, contribuindo significativamente para os trabalhos da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, que incluiu agentes socioeducativos e penitenciários.

Segundo a chefe da Sala de Imprensa da Polícia Militar, Capitão Layla Brunella, o índice de resolução das denúncias que chegaram ao 181 no ano de 2019 foi de 97%. As situações não resolvidas são, em geral, aquelas em que os endereços não conferem ou não há dados suficientes para a apuração das denúncias. “Além do tráfico de drogas, temos as denúncias de indivíduos foragidos e de meio ambiente, por exemplo. O número de apreensões de animais silvestres é muito grande. Foram quase 54 mil apreensões em decorrência de denúncias do 181”, ressaltou.

Um balanço do trabalho desenvolvido mostra que, seguido do tráfico de drogas, as atividades de bombeiros ocupam o segundo lugar no ranking das maiores naturezas denunciadas. Elas incluem informações sobre necessidade de vistorias de fiscalização; fiscalização de edificação comercial; fiscalização de estruturas que envolvem gás; fiscalização de edificação residencial; risco e perigos com cães, entre outras atividades.

De acordo com o chefe da Agência Central do Corpo de Bombeiros, Major Giovani Prates, as principais denúncias que chegam para a corporação são as relativas à estocagem de gás GLP e sobre casas de shows e estabelecimentos comerciais que funcionam sem o respectivo alvará. “Contamos muito com o Disque Denúncia porque é por meio da ligação do cidadão que descobrimos o funcionamento de locais sem a nossa devida autorização. A população pode participar cada vez mais e nos ajudar a fiscalizar as atividades ilícitas”.

Os outros crimes mais denunciados pela população mineira nestes 12 anos de Disque Denúncia 181 foram os relativos aos jogos de azar, os ambientais, os relativos ao estatuto do desarmamento, homicídios, maus tratos a animais, informações sobre foragidos da Justiça, comércio ilegal de produtos e desmanche. Vale ressaltar que, independente da natureza da informação repassada pelo cidadão, o serviço é pautado pelo sigilo das denúncias anônimas e dos procedimentos por elas desencadeados.

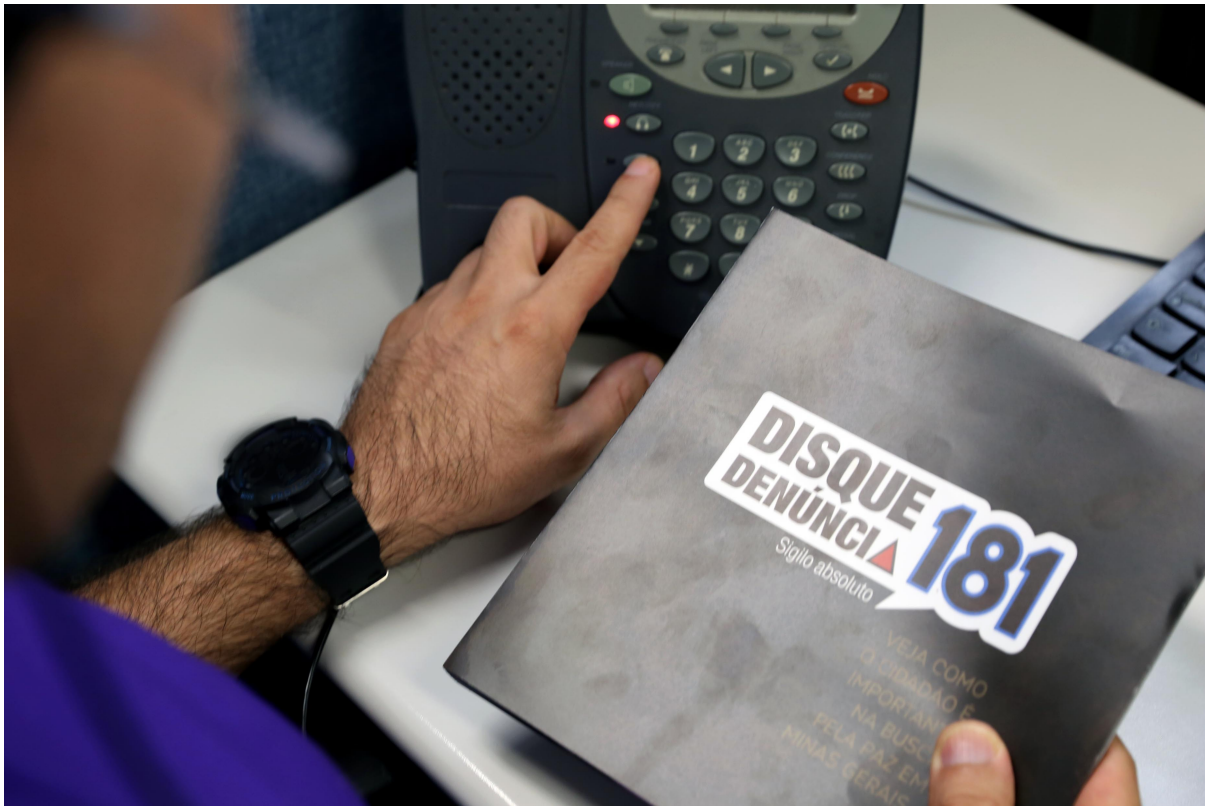
As cidades que mais denunciam

Belo Horizonte foi a cidade do Estado que mais originou chamadas para o DDU. De 2008 até setembro deste ano foram 218.597 denúncias. Depois da capital, Juiz de Fora, na Zona da Mata, aparece como a segunda cidade com o maior número de ligações. O município, que fica próximo ao estado do Rio de Janeiro, registrou ao longo desses 12 anos 51.696 denúncias. Depois aparece Contagem, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com 49.957; em seguida Uberlândia, no Triângulo Mineiro, que originou 36.782 ligações para o DDU. Para completar a lista das cinco cidades com o maior número de registros aparece o município de Betim, com 27.495 denúncias ao longo destes 12 anos de serviço.

Entre as 15 cidades do Estado que mais utilizam o canal para realizar denúncias criminais, Montes Claros e Uberaba são exemplos do quanto o cidadão ao longo dos anos percebeu a importância das denúncias para auxiliar as forças de segurança na busca diária pela redução da criminalidade em Minas Gerais. No primeiro ano de funcionamento do Disque Denúncia 181, a cidade de Montes Claros registrou 33 chamadas. Em 2018, onze anos depois, o número alcançou a marca de 1.531 denúncias. O mesmo aconteceu com Uberaba, que em 2008 originou 31 ligações e, em 2018, foram 1.042.

Como funciona o DDU?

Quatro princípios regem o funcionamento do Disque Denúncia 181: resguardo absoluto e incondicional do anonimato do cidadão que oferecer denúncia de crime ou sinistro; sigilo de todas as informações referentes ao conteúdo das denúncias anônimas e dos procedimentos por elas desencadeados; preservação da imagem e honra dos servidores, funcionários, denunciantes e denunciados e, por fim, a integração de ações e informações.



Quando uma pessoa decide colaborar com alguma informação que possa ajudar as forças de segurança ela pode discar gratuitamente 181. Os atendentes recebem as denúncias e as encaminham para analistas da PM, PC e BM avaliarem as informações e as repassam para as unidades operacionais, que atuam na solução do caso. A denúncia será respondida para o cidadão em prazo de 15 dias, podendo ser estendido para 90 dias a depender da necessidade e complexidade da situação.

Com o slogan “O importante é o que você diz, não quem você é”, o DDU busca aprimorar constantemente o serviço para garantir ao cidadão que as informações repassadas aos atendentes

sejam trabalhadas de forma eficiente e qualificada. As ligações são criptografadas, garantindo o sigilo do denunciante.

O 181 Disque Denúncia não oferece resposta imediata, já que existe um prazo de 90 dias para apurar e responder a denúncia apresentada. Quando o cidadão precisar de uma resposta rápida, como em casos de flagrante e urgência, por exemplo, deve entrar em contato direto com as corporações: Polícia Militar (190), Polícia Civil (197) e Corpo de Bombeiros (193).

Ações Anticorrupção

Este ano o Governo de Minas criou a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção. Segundo o delegado-geral Luiz Flávio Cortat, a inovação do 181 em receber este tipo de denúncia possibilita ao cidadão participar do combate aos crimes de colarinho branco. “A Polícia Civil, juntamente com as demais forças, dará um enfoque muito forte neste combate. Precisamos da efetiva participação do cidadão. Em uma denúncia de licitação fraudulenta, por exemplo, veremos as investigações avançarem".

Além da nova delegacia, a Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais (OGE-MG) tem um canal específico para as denúncias de corrupção na administração pública: o disque 162. O Canal Anticorrupção já está aberto a todos os cidadãos mineiros que tenham conhecimento de irregularidades no âmbito do setor público e queiram delatar. A Ouvidora-Geral do Estado é o canal de interlocução entre a sociedade e o Governo. É um órgão de controle interno, desenvolve um trabalho de prevenção e combate à corrupção. Além do tridígito, o cidadão também pode encaminhar a denúncia no canalanticorrupcao@ouvidoriageral.mg.gov.br e no whatsapp (31) 99802 9713.

Texto: Flávia Santana

Fotos: 1) Bernardo Carneiro; 2) Gil Leonardi/Imprensa MG

Enviar para impressão